

A diretoria da APROPUC reuniu-se na terça-feira, 27/7, com o reitor Dirceu de Mello para relatar a situação dos professores da PUC-SP, agora que a Fundação São Paulo recusa-se a discutir um novo texto de acordo interno.

A professora Bia Abramides relatou ao reitor o que significa a ausência de um Acordo Interno de Trabalho: "A situação é de extrema gravidade, porque desde a fundação da APROPUC todas as reitorias respeitaram os textos de acordos internos". Para a professora o texto representa uma negociação que atendia aos interesses das duas partes, contemplando questões específicas da universidade e que nem sempre demandavam custos extraordinários para a instituição.

Um exemplo claro são as férias e o receso escolar que foram acordadas em datas diferentes daquelas previstas pelo Sinpro-SP, para contemplar as necessidades do fluxo de caixa da instituição.

PREJUÍZOS ACADÊMICOS

Para a diretoria da APROPUC, a perda do acordo interno da PUC-SP acarreta danos não só econômicos, mas prejuízos diretamente ligados à qualificação do corpo docente da

universidade. É o caso do pagamento de 10 horas para pós-doutorado, previstos no texto da PUC-SP, para que o docente viabilize sua tese.

Mesmo as bolsas de estudo concedidas aos docentes na pós-graduação e Cogear tinham redações mais vantajosas no texto da PUC-SP do que na Convenção do Sinpro-SP e que nem sempre acarretavam em prejuízo à Fundação - SP (veja matéria publicada em nossa edição anterior).

A perda destas cláusulas, bem como a existência de várias tabelas salariais danosas aos docentes que se qualificam ou ingressam na universidade, vêm causando uma debandada de docentes qualificados para outras instituições de ensino do país (veja a seção Fala Comunidade nesta edição).

POSIÇÃO DO REITOR

O professor Dirceu de Mello declarou à diretoria

APROPUC REÚNE-SE COM REITOR:

"SEM ACORDO INTERNO A RELAÇÃO COM OS PROFESSORES SERÁ UM CAOS"



Diretores da APROPUC na reunião com o reitor Dirceu de Mello

da entidade que sempre colocou os interesses da universidade em primeiro lugar e que, neste sentido, está à disposição da entidade para encaminhar uma nova reunião com a Fundação São Paulo.

Dirceu solicitou à diretoria que enviasse um documento explicando os pontos do acordo nos quais os professores foram prejudicados e fundamentalmente aqueles onde não existiria a possibilidade de ônus para a universidade.

Este documento já foi enviado ao reitor no dia 29/7, e relata substanciais transtornos à rotina estabelecida no decorrer das últimas décadas que a ausência do acordo poderá causar na vida dos professores (veja íntegra do documento na página 2).

A professora Bia Abramides concluiu sua fala apontando para a quebra da autonomia universitária expressa na atitude da Fundasp, e que neste sentido as vontades dos professores (que elegeram democraticamente seus representantes) e do reitor (igualmente eleito pela comunidade) sejam respeitadas.

A APROPUC espera que a sua reivindicação seja atendida com a máxima brevidade, uma vez que os prejuízos para os docentes já estão surgindo pela universidade.

Carta da APROPUC ao reitor Dirceu de Mello sobre acordo interno

A diretoria da APROPUC vem, por meio desta, expor os motivos para a renovação do Acordo Interno de Trabalho firmado entre a APROPUC e a Fundação São Paulo, com a ciência e anuência de vossa magnificência.

O Acordo Interno de Trabalho tem sido, desde 1985, um instrumento de regulamentação entre as partes, fruto de negociação, e que tem atendido às necessidades da vida acadêmica e universitária dos docentes da PUC-SP.

Nas relações de trabalho, mesmo regidas pela CLT, com o aporte da Convenção Coletiva do SINPRO, há aspectos específicos, tanto de natureza trabalhista quanto acadêmica, que devem ser negociados e normatizados no Acordo Interno de Trabalho. Este instrumento, portanto, de natureza jurídica legal, é assinado pela FUNDASP, com anuência do reitor, pela APROPUC e pelo SINPRO.

Os dois últimos Acordos Internos, respectivamente de 2007 e 2009, foram negociados pela APROPUC como secretário-executivo da FUNDASP, Pe. José Rodolpho Perazzolo, tendo o último a participação e anuência de vossa magnificência.

Destacamos que a ausência do Acordo Interno de Trabalho ocasionará substanciais transtornos à rotina estabelecida no decorrer das últimas décadas, como por exemplo:

"Diferenças entre o período de recesso e férias entre a Convenção Coletiva do SINPRO e o nosso Acordo Interno;

"Diferença do período para o pagamento do correspondente a um terço das férias, que, de acordo com as necessidades financeiras da instituição, concedemos que ocorresse em julho;

"Regime Contratual: o contrato é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por ensino, pesquisa e extensão. A ausência deste regime contratual implica em descharacterizar a natureza do ensino concebido na PUC-SP.

"Professor Substituto: ficam garantidos, entre outros, o direito a gratuidade previsto na cláusula 22 do Acordo Interno, não contemplado pela Convenção Coletiva;

"Relação Direta de Emprego: fica vedada a contratação de professor como autônomo, temporário ou através de prestadora de serviços, exceto para atender demandas de convênios;

"Adiantamento salarial de R\$ 1.000,00, que anteriormente era maior, foi amplamente discutido para que o docente não ficasse desprovido em uma necessidade;

"Descanso Semanal Remunerado: será calculado a razão de 1/6 (fração da semana) sobre 5 semanas, também não contemplado pela Convenção Coletiva;

"Adicional de Tempo de Serviço: 5% a cada 5 anos, até o total de 15 anos, igualmente não contemplado pela Convenção Coletiva;

"Refeição Padrão: fica assegurado aos professores com T.I desconto de 50% no custo mensal da refeição padrão dos restaurantes universitários, o que não é contemplado pela Convenção Coletiva;

"Desconto em Colégio Particular: concessão de desconto

mínimo 20% de bolsa para filhos de professores junto às escolas com as quais a FUNDASP mantém parceria;

"Desestímulo à capacitação docente permanente, com a retirada das horas de licença remunerada para capacitação para doutores, bem como a supressão de licença para qualificação acadêmica para professores que não participem do Programa FAP-CEPE da PUC-SP, causando empobrecimento acadêmico à instituição;

"Licença por doença de filhos e cônjuge e licença para função pública, ambas não contempladas pela Convenção Coletiva; bem como diferença relativa à licença paternidade;

"Diminuição da estabilidade para professores em via de aposentadoria;

"Atividade em Barueri: foi acordada a remuneração relativa a transportes e alimentação, não contemplada na Convenção Coletiva;

"Adicional Auxílio-Escola e Complementação Salarial por Acidente ou Doença, que constam como mantidos temporariamente pelo CONSAD;

"Significativas diferenças para concessão de bolsas".

Esses são apenas alguns exemplos e, para maior compreensão, encaminhamos um comparativo com as cláusulas previstas no Acordo Interno de 2009, na Convenção Coletiva do SINPRO de 2010 e na CLT. Lembremos, outrossim, que aspectos não contemplados no Acordo Interno vigoram os regidos pelo SINPRO.

Gostaríamos, ainda, de destacar que desde 1985 todas as Reitorias e a Fundação São Paulo reconheceram e acordaram que (Cláusula 36) "fica assegurada à Diretoria da

APROPUC até 40 horas de licença sem vencimentos para serem distribuídas entre os diretores, durante a vigência de seus mandatos, sem prejuízo das vantagens concedidas à categoria, inclusive tempo de serviço, garantindo-se a totalidade da carga horária e salários dos diretores ao término do mandato.

Parágrafo primeiro: a referida liberação fica condicionada às regras acadêmicas e à aprovação da chefia de departamento a que estiver vinculado o professor.

Parágrafo segundo: a remuneração e os encargos referentes às horas utilizadas pelos diretores serão reembolsados para a FUNDASP, pela APROPUC, mensalmente, na forma de desconto sobre a arrecadação da contribuição dos associados.

Parágrafo terceiro: as horas utilizadas pelos diretores da APROPUC contarão nos respectivos holerites como horas administrativas."

No momento, os diretores liberados para a APROPUC estão impossibilitados de certificar suas horas contratuais devido à indefinição dessas horas, na ausência do Acordo.

Conforme vossa magnificência nos informou em reunião do dia 27 de julho de 2010, aguardamos a reunião com a diretoria da APROPUC, a reitoria e a FUNDASP, o mais depressa possível, para retomada das tratativas da celebração do Acordo Interno de 2010.

Diretoria da APROPUC

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br
– **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida e Victória C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Demissões e recontrações de professores tumultuam início das aulas

O procedimento já está virando rotina: para que o vínculo com a universidade não seja consolidado a Fundação São Paulo demite os docentes com contrato por tempo determinado no início das férias e, se houver necessidade, recontra-os para o segundo semestre. Os professores não recebem o mês de julho, mas em compensação a Fundação arca com as despesas de rescisão contratual.

O trâmite para a demissão contradiz toda a tradição de respeito que a universidade tinha com seus do-

centes: o professor é avisado por telefone de que seus serviços não mais serão utilizados pela universidade e que, se houver necessidade, ele será recontraído para o segundo semestre.

As direções da universidade pouco opinam sobre estes procedimentos que pertencem à esfera da Fundação São Paulo. O diretor adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Luiz Augusto de Paula Souza, Tuto, afirmou ao **PUCviva** que a atitude da Fundação "em primeiro lugar intensifica a insegu-

rança entre os professores, pelo fato de não saberem se continuarão dando aula na universidade e, em segundo lugar, mostram a impotência das direções de faculdades, que não gerem nada e em nada opinam".

APROVAÇÃO NO CONSAD

Na reunião com o reitor a direção da APROPUC cobrou a recontração dos professores para as disciplinas que estavam sem titulares. Dirceu de Mello informou que o Conselho de Administração do dia

13/7, em reunião extraordinária, aprovou todas as contratações emergenciais.

Os diretores da APROPUC lembraram, no entanto, que mesmo que esta questão esteja sanada temporariamente a decisão somente aumenta a insegurança entre o corpo docente, criando um quadro de professores flutuante que, na primeira chance, trocarão a PUC-SP por outra instituição de ensino, visto que a universidade não lhes aponta perspectivas para a sequência de sua carreira acadêmica e profissional.

Obras retiram duas salas de aula da Faficla

O prédio localizado no corredor da Cardoso de Almeida, carinhosamente chamado de Cingapura pela comunidade, teve de perder duas de suas salas, exatamente aquelas que comportavam maior número de alunos.

Por decisão judicial a PUC-SP teve de demolir duas salas de aula que dão fundo para o condomínio Edna, uma vez que a construção do edifício não obedecia aos requisitos técnicos de recuo.

O prédio, construído na gestão Ronca, desobedece a uma série de pré-requisitos da construção civil. O que mais chamava a atenção era a ausência de recuo adequado: quanto maior a altura do prédio maior a área de recuo exigida para que seja mantida a insolação e ventilação nos prédios vi-

zinhos. Ao Cingapura, na altura do terceiro pavimento, faltavam três metros de recuo, o que motivou uma ação dos vizinhos para a adequação do edifício. Essa ação demorou cerca de 10 anos, e teve o seu desfecho em março deste ano quando a Justiça determinou a adequação do edifício.

Por se tratar de um período letivo a PUC-SP solicitou prorrogação do prazo até as férias, quando poderia executar as obras sem muitos transtornos.

Porém, quando foi solicitada a permissão para que se erguessem os andaimes nos prédios vizinhos, houve uma demora considerável por parte dos condôminos e assim o início das obras só pode acontecer de fato na segunda quinzena de julho.

AULAS NO CORREDOR

A decisão demandou uma série de reclamações da diretora da Faficla, Sandra Mraz, pois as obras certamente atrapalhariam o andamento das aulas. Assim ficou definido que a demolição só ocorreria no período da tarde, quando não acontecem aulas naquele espaço. Mesmo assim o Cingapura abriga os laboratórios de Rádio e TV da Faficla, além da TV PUC e Rede PUC. O barulho e a poeira poderiam atrapalhar as gravações de programas ao vivo. Nesse sentido a diretora de campus, professora Marcia Alvim, está autorizando a interrupção dos trabalhos em casos de pedidos feitos pelos diversos setores.

O término das reformas está previsto para a próxima semana, e a pro-

fessora Marcia garante que a fase de barulho e poeira deve terminar até esta segunda-feira, mas estas pequenas prorrogações feitas pelos diversos setores podem atrasar o cronograma.

MAIS REFORMAS

A professora Marcia informou que nestas férias também o Prédio Novo seria reformado, mas as verbas para as alterações ainda não chegaram. As alterações não seriam tão drásticas como as do ano passado, limitando-se a aspectos como piso, forro, pintura e ventilação.

Já do lado da Faficla, no corredor da Cardoso, a coisa é mais complicada, pois o projeto para a construção de duas torres no local já conta inclusive com a aprovação da Prefeitura, aguardando a liberação de recursos pelo BNDES.

GAUCHE NA VIDA

Estados Unidos são o maior terrorista do mundo

Desde a intervenção americana, a Colômbia detém o recorde de violação de Direitos Humanos

Entrevista com Noam Chomsky a Luis Ángel Murcia (Semana.com), em sua discreta passagem pela Colômbia, onde foi homenageado pelas comunidades indígenas de Cauca. A colina El Bosque foi rebatizada como Carolina, nome da esposa de Chomsky, falecida em dezembro de 2008.

Semana.com: O que esta homenagem significa para você?

Chomsky: Estou muito comovido, especialmente ao ver que gente pobre se disponha a fazer este tipo de elogio, enquanto as pessoas mais ricas não ligam para isso.

Seus filhos sabem da homenagem?

Todos sabem. Uma filha que trabalha na Colômbia contra as empresas internacionais de minério também está informada.

A esta altura de sua vida, o que mais o apaixonou: a linguística ou seu ativismo político?

Desde jovem, sou completamente esquizofrênico e continuo assim. Por isso temos dois hemisférios na mente.

Por causa deste ativismo, você tem tido problemas com alguns governos. O mais recente foi com o de Israel, que o impediu de entrar na Palestina para dar uma conferência.

De fato, não pude fazê-lo, apesar de convidado por uma universidade palestina. Fui bloqueado em toda a fronteira. Se a palestra fosse em Israel, teriam me deixado entrar.

Esta censura tem a ver com um de seus livros, Guerra e Paz no Oriente Médio?

É por causa de meus 60 anos de trabalho pela paz entre Israel e a Palestina. Realmente, vivi em Israel.

Como você avalia o que se passa no Oriente Médio?

Desde 1967, o território palestino foi ocupado e isto fez de Gaza a maior prisão a céu aberto do mundo, onde só o que resta a fazer é morrer.

Você se iludiu com as posições do presidente Barack Obama?

Eu já havia escrito que são muito similares às de George Bush. Obama fez mais do que imaginávamos quanto ao expansionismo militar. Com ele só mudou a retórica.

O que você pensou quando Obama recebeu o prêmio Nobel da Paz?

Meia hora depois da escolha, a imprensa norueguesa me perguntou o que pensava a respeito e respondi: "Levando em conta o recorde de velocidade, esta não foi a pior escolha. O Nobel da Paz é uma piada".

Os EUA continuam repetindo seus erros de intervencionismo?

Eles têm obtido muito sucesso. Por exemplo, desde sua intervenção militar na Colômbia, este país tem o pior recorde de violação de Direitos Humanos.

Qual sua opinião sobre o conceito de guerra preventiva apregoado pelos EUA?

Este conceito não existe. É simplesmente uma forma de agressão. A guerra do Iraque foi tão agressiva e terrível que se assemelha ao que fizeram os nazistas. Se aplicássemos as mesmas regras, Bush, Blair e Aznar estariam enforcados. Mas a força se aplica aos mais fracos.

O que acontecerá com o Irã?

Hoje existe uma grande força naval e aérea ameaçando o Irã e só a Europa e os EUA acham que isto é bom. O resto do mundo considera que o Irã tem o direito de enriquecer urânio. No Oriente Médio, três países (Israel, Paquistão e Índia) desenvolveram armas nucleares com a assistência dos EUA e não assinaram qualquer tratado.

Você acredita na guerra contra o terrorismo?

Os EUA são o maior terrorista do mundo. Não se pode pensar em algum país que tenha causado

mais danos. Para os EUA, terrorismo é o que vocês nos fazem e não o que fazemos a vocês

Existe alguma guerra justa feita pelos EUA?

A participação na Segunda Guerra Mundial foi legítima. Aliás, os EUA demoraram a entrar.

Esta guerra por recursos naturais no Oriente Médio pode se repetir na América Latina?

É diferente. O que os EUA fizeram tradicionalmente na América Latina foi impor ditaduras brutais, o que não se discute devido ao poder da propaganda.

Noam Abraham Chomsky, é linguista e teórico-ativista político. Colhemos a entrevista em www.rebelion.org www.semana.com/noticias-mundo/parte-colombia-robada-roosevelt/142043.aspx. (25/07/2010) Tradução de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Nesta sessão, apresentaremos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições para os próximos números, mande ver (nosso espaço comporta, no máximo, 5000 caracteres, com espaço).

Porque eu sai da PUC-SP

Bruno Dallari

Foram três as razões que me levaram a sair da PUC-SP:

(a) Ser doutor e ganhar como mestre

Todos os professores que se doutoraram a partir de 2005 continuam ganhando como mestres, porque a PUC-SP alega que não tem condições de arcar com o impacto financeiro destes upgrades. Isso significa ganhar R\$4mil, quando o salário de um doutor numa universidade pública é de R\$6mil. Eu me encontro nesta situação, que é fortemente anômala, a muitos respeito.

O salário é baixo não só para dar conta do custo de vida (modesto, no meu caso - pex, eu não tenho carro há muito tempo e já desisti de voltar a ter um), mas mesmo para pagar os custos de preparar aulas, comprar livros, ir a congressos, me manter atualizado etc.

No meu caso, esta contingência é particularmente irritante pelo fato de eu ter atrasado a preparação e a defesa do meu doutoramento porque estava me dedicando à PUC-SP - a suas reformas curriculares, à gestão da faculdade, a discutir seus problemas, a encaminhar para o seu futuro, participando de suas várias instâncias etc. Eu poderia ter defendido o doutorado muito mais cedo, se tivesse focado numa carreira solo, ao invés de investir na instituição.

(b) Dar 18 hs/aula por semana

Quando houve a intervenção pela Fundação São

Paulo, há alguns anos, ela demitiu 25% do quadro dos professores da PUC-SP e os que ficaram tiveram que assumir as aulas dos outros, num processo que ficou conhecido como "maximização" dos contratos. De 5 disciplinas por semestre - uma carga já pesada - passamos a ter que assumir 8, ganhando o mesmo salário (para completar 40hs, que caracterizam o contrato TI, tempo integral).

A qualidade das minhas aulas caiu, pela dificuldade de preparar tantas aulas em tão pouco tempo, pela tarefa delirante de dominar conteúdos extremamente diversos correspondentes a cada disciplina e pelo próprio esforço físico implicado na atividade. Além disso, a partir de 200 alunos por semestre, não é mais possível fazer um acompanhamento e avaliação adequados dos alunos e a relação se torna anônima e estritamente funcional. O trabalho docente se torna mecânico, impessoal e muito pouco gratificante, para mim e certamente também para os alunos.

Para comparar, numa universidade pública, nenhum professor dá mais de 4 disciplinas por semestre. A suposição é que ele esteja pesquisando o resto do tempo. O problema é que esta suposição se aplica também a nós puquianos, mas não temos o tempo, os meios e a remuneração correspondentes a ela. Em termos de pesquisa, publicações e participação em congressos, minha produção ficou medíocre desde que fomos maximizados. Não é possível dar uma boa aula e um bom curso se não se

investiu no conhecimento compreendido por ela ou por ele.

(c) Não ter garantia de manutenção do contrato de Tempo Integral

Não temos a garantia de contratos de Tempo Integral, correspondentes a 40hs semanais. A cada semestre, conforme a disponibilidade de turmas e os arranjos internos dos departamentos, somos sujeitos a ficar com contratos de 30, 20 ou mesmo 10hs, com a redução correspondente dos salários.

Isso até agora não aconteceu comigo, mas já aconteceu com vários colegas. Cada final de semestre, quando são atribuídas as disciplinas para o semestre seguinte, tem sido um momento de grande suspense: será que vou conseguir as 40hs?

É uma situação de grande insegurança financeira. Só a escola da minha filha custa R\$700 - o que eu faria com um salário de R\$3mil ou R\$2mil, durante um semestre ou mais? É um risco que eu não posso me dar ao luxo de correr.

Foi sugerido que teríamos que completar o nosso salário "por fora", para viabilizar o trabalho na PUC-SP. Para mim, isso já seria pagar para trabalhar. Não me disponho.

Estas condições são muito adversas e tornam difícil que se realize um trabalho acadêmico decente. São condições abaixo da minha dignidade profissional, beirando estar abaixo da minha dignidade pessoal.

Poderia mencionar ainda outros problemas:

Não ter acesso à pós-graduação, como professor

e como orientador, mesmo havendo demanda pelos conteúdos que eu poderia ministrar e mesmo tendo alunos que querem se orientar comigo.

Não ter uma sala, nem um espaço mínimo qualquer que possa ser usado para deixar o material didático que usamos em aula e para organizar as atividades.

Estar sujeito permanentemente à confusão administrativa e à precariedade institucional da universidade, que requer a nossa participação mais do que qualquer outra universidade, pública ou privada, sem nenhum resultado visível em termos de organização e eficiência.

Mas são as três primeiras condições mencionadas as decisivas para a minha saída.

Todas estas condições - ser um doutor e receber como doutor, dar um máximo de 4 disciplinas por semestre, ter um contrato de tempo integral permanente, orientar na pós-graduação etc. - são "defaults" de qualquer universidade pública. São condições tão elementares, assumidas como componentes mínimos tão evidentes da atuação docente, que sequer são consideradas passíveis de discussão ou negociação. Na PUC-SP, estas reivindicações soam como uma divagação delirante sobre condições utópicas e impraticáveis pela instituição.

As coisas já foram melhores por aqui. Eu e muitos outros professores esperávamos que a nova rei

continua na página seguinte

continuação da
página anterior

toria encaminhasse de alguma forma esses problemas, mesmo que não os resolvesse de imediato, o que sabíamos impossível. Mas, dada a atuação e as colocações da Reitoria nos últimos tempos, a perspectiva que se abre não é animadora. Esses componentes que eu mencionei não estão sequer em pauta, a não ser dentro de um pacote muito geral de rediscussão da universidade, envolvendo dezenas de outros aspectos a

serem discutidos ao longo dos próximos anos. Uma discussão da qual pode inclusive não sair nada, como já aconteceu outras vezes. Não dá mais para esperar e, no final das contas, não dá mais para acreditar.

Eu lamento enormemente ter que deixar a PUC-SP. No que dependesse de mim, eu ficaria. A PUC-SP continua sendo um ambiente singular entre as universidades brasileiras, mantendo ainda uma certa vivacidade, um espaço para debate e criação, raros no universo acadêmico brasileiro.

Os 11 anos que passei nela foram de intensa realização. Porém, ultimamente, para mim, estar na PUC-SP tem representado mais esterilidade do que criatividade, mais fazer parte do moedor de carne do ensino superior brasileiro do que produzir diálogo e conhecimento.

A perspectiva de ficar na PUC-SP significaria que daqui a alguns anos eu estaria fazendo as mesmas coisas - dando milhões de aulas e não tendo fôlego para produzir nada que valha a pena. Não é o que eu quero para mim. Além dis-

so, eu tenho contas para pagar e não tenho que achar normal estar com o cheque especial sempre estourado. Eu me sinto mais como tendo "sido saído" do que como tendo me decidido a sair. Eu não tive escolha. Eu tinha uma vida aqui, que estou deixando. Não é pouco.

Desejo o melhor para todos e que a PUC-SP recupere o seu caráter e o seu lugar peculiares entre as universidades brasileiras.

Bruno Dallari é ex-professor do Departamento de linguística da Faflica

MOVIMENTOS SOCIAIS

Reitoria da USP persegue funcionária

A Reitoria da USP suspendeu por 30 dias a trabalhadora da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Patrícia, uma das delegadas do comando de greve de sua unidade. A punição veio através de um processo administrativo contra a funcionária. Segundo o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) esse processo administrativo contém diversas acusações forjadas, sendo claro o objetivo de perseguir e punir Patrícia.

Ainda segundo o sindicato a reitoria acompanha Patrícia desde que esta apoiou a ocupação da reitoria da USP, feita pelos estudantes em 2007. "Dez dias depois do reinício do funcionamento da Reitoria após a ocupação [da reitoria] em 2007, passaram a forjar e anotar no prontuário da trabalhadora ocorrências, das mais variadas, a partir das quais, instauraram o processo contra ela", afirmou em nota o Sintusp.

Ao mesmo tempo, foram também reabertos 11 inquéritos policiais contra diretores e militantes do SINTUSP, como Brandão,

Magno, Solange e Neli, indicando uma atuação coordenada entre a Reitoria e o governo do estado para avançar contra a organiza-

ção sindical dos trabalhadores da USP. A APROPUC repudia a perseguição à funcionária, segue a nota pública pela associação.

Nota de solidariedade da APROPUC

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC - vem declarar solidariedade a servidora técnico-administrativa Patrícia, lotada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que foi suspensa do trabalho por 30 dias através de decisão de um processo administrativo da universidade. Esse procedimento por parte dos gestores da USP é nada mais do que mais uma retaliação a organização sindical dos servidores da universidade.

Assim como outros, a direção da universidade faz uso de processos administrativos tendenciosos e muitas vezes cuja defesa é restringida, a fim de punir politicamente os trabalhadores e servir de exemplo para a coerção da categoria. A punição a servidora se junto a ou-

tras práticas anti-sindicais que envolvem entre outras também as demissões de sindicalistas amplamente divulgadas e outras silenciosas que visam a desmobilização do conjunto da comunidade da USP.

Vários diretores do Sindicato dos Trabalhadores da USP, o Sintusp, estão sendo perseguidos e criminalizados por se colocarem na defesa da classe trabalhadora e de uma universidade pública, gratuita e democrática. Centenas de trabalhadores tiveram o ponto suspenso durante a greve e sofreram ameaças em suas unidades. Essas ações da Reitoria da USP, liderada pelo reitor João Grandino Rodas, indicado político de José Serra, vão de encontro às medidas impostas pelo governo do PSDB para criminalizar os movimentos sociais de São Paulo.

Temos nos últimos anos a política de perseguição contra servidores do Metrô, Sabesp, professores da rede estadual de educação, policiais civis e trabalhadores da antiga Febem, sem contar a repressão às mobilizações dos trabalhadores sem terra e sem teto do estado, do movimento estudantil e contra outras categorias. A APROPUC se solidariza aos servidores da USP e defende a livre organização sindical, sendo contra todo tipo de perseguição política e assédio moral dentro do ambiente universitário. Defendemos a imediata suspensão da punição contra a servidora Patrícia, a retirada de todos os processos internos e judiciais contra funcionários e estudantes da USP e a reintegração dos demitidos políticos.

Diretoria da APROPUC

MOVIMENTOS SOCIAIS

MTST ocupa sede da Caixa Econômica Federal na Paulista

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ocupou no dia 27 /7, um dos prédios da Caixa Econômica Federal (CEF), a GIDUR (Gerência de Desenvolvimento Urbano), localizado na Avenida Paulista, próximo ao MASP.

A manifestação política

foi motivada pela burocracia na situação da negociação ocupação Che Guevara, em Taboão da Serra, e de outras ocupações que também aguardam da Caixa liberações, habilitações e outras finalizações de burocracias de projetos.

O Movimento realiza,

desde 2005, reiteradas tentativas de negociação com a CEF para atendimento a programas habitacionais e já produziu diversas minutas, protocolos e cartas de intenções que há mais de cinco anos "não se transformaram em uma única casa sequer", afirmou em nota o MTST.

Argentina aprova a união homossexual

A Argentina se tornou o primeiro país latino e o décimo em todo o mundo a autorizar o casamento entre homossexuais, com uma histórica e longa votação no Senado. A lei foi aprovada com 33 votos a favor, 27 contra e 3 abstenções, depois de uma sessão que durou mais de 13 horas e apesar da oposição da Igreja Católica, que liderou uma intensa mobilização social para impedir a aprovação do projeto.

A nova legislação visa a reformar o Código Civil mudando a fórmula de

"marido e mulher" pelo termo "contraentes" e prevê igualar os direitos dos casais homossexuais com os dos heterossexuais, incluindo os direitos de adoção, herança e benefícios sociais.

A decisão foi fruto de uma luta histórica do movimento LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) para que as minorias tenham direitos iguais, "Hoje é um dia histórico. Pela primeira vez na Argentina se legisla para as minorias", afirmou o senador Miguel Pichetto, che-

fe do bloco do peronismo.

A legislação brasileira não reconhece a união civil estável entre casais gays, que recorrem à justiça para garantir direitos como herança e pensão. Recentemente, a ANS (Agência Nacional de Saúde) reconheceu que casais homossexuais podem colocar como dependente no plano de saúde seu parceiro (a), e declarar seu parceiro como dependente no Imposto de Renda.

No entanto outros direitos fundamentais como adoção são negados aos casais homossexuais.

Assistentes Sociais debatem impactos da crise econômica

Entre 31/7 e 5/8, acontecerá em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o XIII CBASS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). O tema central do encontro será "Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social".

O Congresso é realizado a cada três anos e reúne em torno de 3000 profissionais e estudantes de Serviço Social.

O evento, que tem um caráter político-científico, visa subsidiar a construção da agenda das entidades nacionais da categoria CFESS/CRESS (Conselho Nacional e Regional de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social)

Durante o congresso também haverá espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social, através da apresentação de trabalhos e comunicações pelos profissionais e estudantes e do lançamento de livros.

O curso de Serviço Social da PUC-SP estará representada no Congresso. As professoras Bia Abramides e Maria Carmelita Yazbek participarão de mesas de debate, e alguns estudantes também estarão presentes ao evento.

Reitoria da UERJ processa jornalista

O reitor da UERJ (Universidade Estadual do Rio Janeiro), Ricardo Vieiralves, notificou judicialmente a jornalista do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), Silvana Sá, e o sindicalista, Jorge Luís de Mattos, "Gaúcho". Isso porque, em 18 de dezembro de 2009, Vieiralves colocou na pauta do Con-

selho Universitário uma minuta que poderia abrir a possibilidade de privatização do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), por meio das Fundações Estatais de Direito Privado.

O Sintuperj elaborou boletins eletrônicos e impressos denunciando tal atitude, e mostrando que este passo poderia abrir as

portas da Uerj rumo à privatização. O caso foi denunciado no Jornal do Brasil e mobilizou centenas de trabalhadores para as sessões do Consun e audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Inclusive, o próprio Jornal do Brasil está sendo processado criminalmente pela veiculação da matéria.

ROLA NA RAMPA

Reintegração do professor Joaquim Campos tem sentença favorável

Segundo informações colhidas junto à Divisão de recursos Humanos pelo *PUCviva*, o professor Joaquim de Souza Campos recebeu sentença da Justiça favorável à sua reintegração à universidade. A DRH só espera a notificação judicial para que a reintegração seja feita. O professor Joaquim foi demitido em 2006, juntamente com outros 1000 funcionários e professores, na

maior demissão em massa na PUC-SP. A atuação do professor foi marcante durante a luta pela readmissão, pois, na qualidade de membro do Consun, ele não poderia ser demitido. Seu discurso no Conselho Universitário foi marcante e emocionou a todos os presentes. Joaquim pertencia aos quadros da Faculdade de Ciências Sociais, mas ministrava suas aulas na Faculdade de Educação.



O professor Joaquim na sessão do Consun que discutiu as demissões em 2006

Participe das aulas de Dança de salão da AFAPUC

Já começaram as aulas de Dança de Salão da AFAPUC, com o professor Renato Galhardo. As aulas ocorrem às segundas e quartas, com turmas em dois horários (das 13h às 14h e, das 14 às 15h). Aos associados será cobrado R\$15,00, com desconto em folha, e não associado R\$40,00, com pagamento na secretaria da Associação. Mais informações pelo telefone (11) 3670-8208 ou na sede da AFAPUC.

Acampamento Indígena pede ajuda

O Acampamento Revolucionário Indígena, que está instalado na Esplanada dos Ministérios desde começo do ano pedindo a revogação do Decreto 7056/09 e a saída de Marcio Meira, presidente da Funai, entre outras reivindicações, está passando por restrições de alimentação e higiene. Por isso, pede doações de roupas e alimen-

tos daqueles que apoiam a causa dos povos originários no país. Para doar, entrar em contato com o e-mail acampamentoindigena@gmail.com. Também está circulando na internet um abaixo assinado de apoio às reivindicações do acampamento, para assinar, acesse: www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/6520

Congresso de Línguas para fins Específicos

Nos dias 15, 16 e 17/11 será realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Línguas para Fins Específicos, na Universidade Federal do Espírito Santo. Segundo a organização, "o evento visa discutir o ensino de língua estrangeira para fins específicos (LEFE) à luz das pesquisas e práticas recentes relacionadas à teoria de gêneros, linguística de corpus, desenvolvimento lexical, e das contribuições de novas ferramentas e contextos de ensino-aprendizagem". Para inscrever trabalhos, é preciso enviar o resumo da pesquisa, até o dia 27/8, para o endereço congressolefe@gmail.com.

Alteração de data

O debate da Folha/Uol com três candidatos à presidência será realizado no 18/8, e não no dia 14/8, como foi notificado na edição anterior do *PUCViva*.

Seminário debate obra de Gramsci e movimentos populares

Entre os dias 13 e 16/9, na Universidade Federal Fluminense, será realizado o Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares. Segundo os organizadores, "O seminário que queremos realizar, portanto, se propõe a analisar e debater como, ao longo dos últimos 40 anos, as ferramentas teóricas de Gramsci foram assimiladas pelos movimentos populares. Mas, também, como estes conseguiram re-processar as idéias do pensador sardo amalgamando-as com uma inovadora práxis latino-americana, de modo a elaborar uma visão própria de sociedade e delinear um projeto alternativo de mundo". Na programação, apresentação de trabalhos inscritos com intelectuais do Brasil, Argentina, Itália, Estados Unidos e Bolívia.

Brasil de Fato promove curso sobre energia

O curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, do jornal Brasil de Fato, está com inscrições abertas até o dia 17/8, pelo correio eletrônico cursosbrasildefato@gmail.com ou pelo telefone 11 3104-6746. A taxa é de R\$ 200,00. Serão ministradas cinco palestras, com os temas: Energia e Sociedade no Capitalismo Contempo-

aneo, 24/8; Balanço da Matriz Energética e Planos, 31/8; Amazônia, Projetos de Energia Elétrica e Belo Monte, 14/9; Agrocombustíveis - Sustentabilidade ambiental, social e econômica, 21/9; e Geopolítica e disputas por Energia: o Petróleo e a Energia Nuclear, 28/9. As palestras ocorrem sempre às 19h, no Auditório do Instituto Sedes Sapientiae, na Rua Ministro Godoi, 1484.

Sexta edição da Ponto-e-Vírgula disponível na Internet

Está disponível na internet, o novo número da revista Ponto-e-Vírgula, do Pós em Ciências Sociais. A sexta edição, conta com

um dossiê arte-ciência, artigos e resenhas. Para visualizar o material, acesse a página: www.pucsp.br/ponto-e-virgula.